

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

NAYARA CAETANO FONSECA

SANTO AGOSTINHO: A LIBERDADE E DIMENSÃO FORMATIVA

MARINGÁ

2016

NAYARA CAETANO FONSECA

SANTO AGOSTINHO: LIBERDADE E DIMENSÃO FORMATIVA

Projeto para Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para cumprimento das atividades exigidas na disciplina do TCC.

Orientação: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo

MARINGÁ

2016

SANTO AGOSTINHO: LIBERDADE E DIMENSÃO FORMATIVA

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

ACADÊMICA: NAYARA CAETANO FONSECA

DATA DA DEFESA: ____/____/____

Trabalho apresentado nesta data ao Curso de Pedagogia, modalidade presencial, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, examinado pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof.^a Dr.^a. José Joaquim Pereira Melo (Orientador) – UEM

Prof.^a Dr. João Paulo Pereira - UEM

Prof.^a Ms. Maria Luciene - UEM

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu apoio, minha força, meu refúgio, meu guia, meu supremo bem, por todas as graças concedidas em toda minha vida.

À minha mãe Jaira e minha avó Guilhermina, minhas maiores educadoras e por serem tudo pra mim.

À minha amiga Sther, que foi minha companheira, parceira de estágio, irmã, que me ajudou a superar as dificuldades ao longo do curso.

Às amigadas conquistadas ao longo desta caminhada...

Às minhas amigas Adriana, Bruna, Kássia e Vivian, por todas as vezes que me ouviram, me aconselharam, me apoiaram na busca dos meus objetivos e que sempre estiveram presentes nesses 4 anos...

À todos os professores e professoras que fizeram parte da minha formação, por compartilharem seus conhecimentos científicos.

Em especial, ao professor José Joaquim Pereira Melo, conhecido como “Neto” que carinhosamente me aceitou como sua orientanda. Pela sua dedicação ao conhecimento e a formação humana. Por toda atenção e orientação concedidas a minha formação profissional e humana, que resultou nesse trabalho.

FONSECA, Nayara Caetano. **Santo Agostinho: Liberdade e Dimensão Formativa.** Trabalho de Conclusão de Curso Modalidade Presencial, Universidade Estadual de Maringá, Campus Maringá, 2016. p. 40.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo discutir a liberdade e a dimensão formativa elaborada por Santo Agostinho. Esse conceito concebido a partir da perspectiva do cristianismo apresentou uma nova forma de entender a liberdade e a educação. Para o cristianismo, o homem que atendia seus quadros era o homem santificado. Com relação à formação, era necessário passar por um difícil procedimento de purificação moral, no qual o homem deveria abandonar sua materialidade e voltar-se para sua interioridade, a fim de encontrar Deus, verdadeiro Mestre. Nesse processo, a liberdade era imprescindível, posto que, a liberdade tratada por Santo Agostinho era uma liberdade da alma; interior e espiritual, que levava o homem a beatitude divina. Embora esse processo fosse educativo, não era o homem que o dirigia, mas sim o próprio Deus, por meio da graça e a Iluminação Divina. Assim, para Agostinho o conhecimento não era algo que pode ser passado ou transmitido, de professor para aluno, pois para ele Deus era o único Mestre. Entende-se daí que o conceito de liberdade e a dimensão formativa elaborado pelo pensador adquire um importante significado para a compreensão de uma dinâmica social, política e religiosa da época.

Palavras-chave: Santo Agostinho. Liberdade. Educação.

FONSECA, Nayara Caetano. **Santo Agostinho: Liberdade e Dimensão Formativa.** Trabalho de Conclusão de Curso Modalidade Presencial, Universidade Estadual de Maringá, Campus Maringá, 2016. p. 40.

ABSTRACT

This research has as purpose to argue the freedom and formative dimension elaborated by Saint Augustine. This idea conceived starting Christianity perspective had showed a new mode understanding about liberty and education. To the Christianity the man who was considering his frames was a sanctified man. With regard to the formation was necessary to pass for a hard procedure of moral purification on which the man should abandon his materiality and to back himself to his interiority to met God, the Truth Lord. In this process, the liberty was vital, so that, the liberty treated by Saint Augustine was a soul`s liberty, interior and spiritual which carrying the man to divine beatitude. Although this process was educational mode, it was not the man who drove but the God Himself through Grace and Divine Illumination. Like this, to Augustine, the knowledge was not something that could be passed or transmitted from teacher to learner because, for him, God was the unique Master. It means that the freedom conception and the formative dimension elaborated by the philosopher acquire an important mean to the comprehension of a social, politic and religious dynamic of the time.

Key-words: Saint Augustine. Liberty. Education.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	7
1. O FIM DO IMPERIO ROMANO E A ASCENSÃO DO CRISTIANISMO.....	9
1.1 SANTO AGOSTINHO.....	11
2. O LIVRE-ARBÍTRIO E O MAL.....	13
2.1 LIBERDADE.....	19
2.2 LIBERDADE E GRAÇA.....	24
3. EDUCAÇÃO: A BUSCA DO HOMEM PELA VERDADE.....	27
3.1 A LIBERDADE E A DIMENSÃO FORMATIVA.....	30
3.2 OS AGENTES DO PROCESSO EDUCATIVO.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
FONTES.....	37
REFERENCIAS.....	37

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho foi elaborado tendo como objetivo investigar o conceito de liberdade e a dimensão formativa proposta por Santo Agostinho, que visou, responder às necessidades de seu momento histórico, indicando ao homem o caminho a ser seguido na busca da sua santificação. Para isso, o homem precisaria passar por um processo de autoeducação, a fim de receber o conhecimento que tinha como mestre Deus. Nesse sentido, a proposta pedagógica agostiniana tinha como objetivo central, a formação do homem, entendido como homem santificado.

Para tal estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, essencial para compreender a análise histórica das peculiaridades do Cristianismo e do pensar agostiniano. Para o desenvolvimento desse trabalho, privilegiaram-se fontes agostinianas, tais como: *O Livre-Arbítrio*, *De Magistro*, *Confissões*, *A Verdadeira Religião*, *A Cidade de Deus*, *A Trindade*, *Solilóquios*, bem como comentadores que tratam do tema em questão.

Para que se possa entender a finalidade pedagógica contida no conceito de liberdade defendido por Santo Agostinho, o presente estudo, preocupou-se em um primeiro momento, analisar os condicionamentos históricos em que ocorreu a elaboração desse conceito, bem como, a vida do pensador. Além de considerar o papel do Cristianismo e a sociedade daquele tempo. Tendo em vista, o papel relevante que Santo Agostinho teve como sistematizador do pensamento cristão como resultado da educação. “Ele que foi um dos maiores responsáveis pelas concepções educacionais não só do seu tempo, mas também de toda Idade Média, sendo que sua influência chega até os dias de hoje” (SOUZA, 2009, p. 1).

No segundo momento, o estudo abordou o problema do mal que tanto atormentou Agostinho ao longo de sua vida, visto que, ele não poderia atribuir a existência do mal a Deus, que é o Sumo Bem. Para resolver a questão, foi discutido seu conceito de livre-arbítrio bem como, a liberdade que foi perdida por consequência do pecado original, mas que poderia ser restaurada com o auxílio da graça divina.

No terceiro e último momento, foi feita algumas considerações á respeito da dimensão formativa elaborada por Santo Agostinho, na qual, o grande propósito era conduzir o homem à Deus, verdadeiro mestre. Para isso, o homem deveria sujeitar-se a uma educação cujo processo era interior, moral e espiritual, mas com o auxílio divino. A liberdade deveria fazer parte desse processo. Daí a importância de compreender este conceito, como uma das virtudes da formação do homem cristão.

Dessa forma, entende-se que as reflexões deixadas por Santo Agostinho são de um rico conteúdo educativo, pois sua análise a respeito da conduta humana, coloca-se de forma pertinente no âmbito da formação do homem. O modo que Santo Agostinho reflete essas questões, sua capacidade de compreender a realidade e, a partir dessa compreensão, formular um conceito apropriado para a formação do homem que entendia como ideal para o catolicismo expressa a vocação pedagógica contida em sua vasta obra.

1. O FIM DO IMPÉRIO ROMANO E A ASCENSÃO DO CRISTIANISMO

No processo de transformação social que levou ao declínio do Império Romano, a sociedade viu o surgimento e a consolidação de uma nova religião, o cristianismo. Em sua exortação o cristianismo pregava um Deus grandioso, que amava a humanidade, o que ia de encontro às necessidades do homem em um período de crise, causadora de insegurança, dúvidas e incertezas. O cristianismo tornou-se assim, um consolo espiritual para os setores mais inferiores do Império. Os homens cansados e com o medo, que individualizavam suas vidas, voltaram-se para uma doutrina que lhes prometia calma ao espírito, trocando as dúvidas pela certeza e garantindo a felicidade após a morte. Eles procuravam conforto na religião (SOUZA, 2010).

Apesar disso, o cristianismo no seu período primitivo, foi visto como uma religião marginal (GRIMAL, 1999), por voltar-se a homens das classes tidas como inferiores, sem qualquer expressão e notabilidade. Fora perseguido no Império, mas, conforme foi se consolidando, conseguiu seu reconhecimento no período romano de Constantino (272-337 d.C). Entretanto, somente em 380, pelo imperador Teodósio, é que o cristianismo se tornou religião oficial do Império. Nesse ambiente propício, devido a decadência do Império Romano, com o tempo os representantes do cristianismo assumiram a direção da nova ordem social que se organizava. Com essa condição, adquiriu o *status* de instituição que comandou a transição da Antiguidade para a Idade Média (PIRATELI 2012).

Dado isso, os representantes da igreja preocupavam-se em proporcionar um conforto moral e espiritual para o homem sofrido e descontente com aquela sociedade em transformação. Segundo a orientação cristã todos os convertidos deveriam se portar de acordo com as virtudes que lhes eram particulares:

Trata-se, portanto, de definir um conjunto de ações, construídas a partir da fé da crença na salvação, capazes de formar num novo modelo de homem e de comunidade, a Igreja. Os convertidos, para serem aceitos e integrados na comunidade, precisavam ser instruídos nos preceitos que orientariam sua vida [...] (BORDIN, 2007).

Contudo, a função da Igreja não se limitou somente ao campo espiritual, mas, também com questões civis, “de tal modo que sua política de moralização da vida pública contribuiu para a consolidação da vida servil” (PIRATELI, 2012, p. 49). A mensagem cristã, implementou uma nova moral, uma nova ética e introduziu uma nova visão de mundo, de sociedade, de homem, de religião e, por extensão de educação. No entanto, era necessário fundamentar filosoficamente essas novas concepções. Nesse contexto, destaca-se a importância dos Padres da Igreja, que adaptaram os pensamentos clássicos e sistematizaram a formação filosófica/doutrinária do cristianismo:

Os líderes cristãos [...] lutaram com energia êxito para reorganizar os padrões do pensamento e adaptar o conhecimento clássico e as realizações intelectuais que se constroem aos novos objetivos da vida humana, uma vida na qual a salvação se havia tornado principal finalidade do homem a ser educado (BARK, 1979, p. 103).

Assim, a Igreja fortalecia e estabelecia conceitos, valores e ações a fim de atender as necessidades da sociedade que se organizava. A Igreja propôs a essa sociedade uma nova formação de homem ideal, a de homem santificado. Para tal, era necessário passar por um difícil procedimento de purificação moral, onde o homem deveria abandonar sua materialidade e voltar-se a para sua interioridade, em busca do aperfeiçoamento da sua alma, cujo fim era a santificação.

Dentre os pensadores cristãos, Santo Agostinho tem um papel relevante, no qual se destaca por ser intérprete e continuador dos ideais da filosofia e dos valores clássicos e ao mesmo tempo, precursor dos novos horizontes da civilização cristã. Assim, “Agostinho soube exaltar de modo eminente o valor da interioridade como lugar de pesquisa pessoal e do contato com Deus” (VIGINI, 2012, p. 16).

Santo Agostinho sem dúvida se destaca como um dos maiores pensadores da humanidade. Sua obra descrevem as transformações ocorridas na sociedade em sua época, além de apontar novos caminhos a serem seguidos pela mesma. Sendo, que sua influência perdura até os dias de hoje.

1.1 SANTO AGOSTINHO

Aurelius Augustinus, nasceu em 13 de novembro do ano de 354 d.C, em Tagaste, região da Numídia-África. A mãe de Agostinho, Mônica, era uma cristã devota que exerceu uma forte influência na conversão do filho, enquanto o pai Patrício, um pagão que só foi batizado na hora da morte, porém apesar da condição modesta, Patrício procurou dar a seu filho Agostinho uma educação à medida de sua inteligência precoce, a fim de fazer do filho um retórico, isto é, um professor de letras e eloquência.

Agostinho aprendeu a ler, escrever e contar em uma escola em Tagaste e depois foi mandado para a Madaura, cidade vizinha para estudar gramática. Aos dezesseis anos de idade, Agostinho se vê forçado a interromper seus estudos por um ano, voltando para Tagaste, à espera que seu pai conseguisse os recursos necessários para mandá-lo a Cartago, a fim de continuar os estudos. Graças à ajuda financeira do concidadão Romaniano, Agostinho vai para Cartago, capital da África romana. “[...] Aí estuda o que se ensinava então nas academias: retórica, dialética, geometria, música, matemática” (AGOSTINHO, 2014, p. 6). Conclui, assim, seus estudos aos dezenove anos.

Foi professor em Cartago, Roma e Milão. Foi em Cartago que leu *Hortencius* de Cícero (106-43 a.C.), “diálogo que não chegou até nós, e que contém o elogio da filosofia como culto da sabedoria” (AGOSTINHO, 2014, p. 6). Aos vinte anos, Agostinho aderiu ao maniqueísmo, doutrina fundada pelo persa Mani (215-276 d.C.); que tinha como fundamento de sua filosofia, dois princípios absolutos: o bem e o mal, que para ele, regiam toda a organização do universo. Porém, essa doutrina não supriu todos os seus questionamentos, então, afastou-se dela e aproximou-se do ceticismo, que tinha a filosofia pautada na dúvida com relação a todas as coisas. Essa também não conseguiu satisfazê-lo. Foi quando aproximou-se do neoplatonismo e encontrou no bispo Ambrósio (339-397 d.C) de Milão, o referencial que tanto buscava:

Em sua ajuda vem à pregação do bispo Ambrósio, a quem começa a ouvir com frequência. Além do mais, Ambrósio interpreta a Sagrada Escritura de um modo que torna

aceitáveis, para a mente de Agostinho, mesmo as passagens para ele incompreensíveis. (AGOSTINHO, 2014, p.17).

Após o contato com o bispo Ambrósio e com leituras dos escritos de Paulo de Tarso (viveu no I d.C.), Agostinho dedicou-se ao que considerou purificar os costumes, segundo ele, afastando-se das coisas mundanas e das sensualidades pecaminosas (PEREIRA MELO, 2002). Converteu-se ao cristianismo no ano de 386. No dia 24 de abril de 387, o bispo Ambrósio lhe concedeu o batismo juntamente com seu filho Adeotato. Em 395 a pedido do povo foi aclamado bispo de Hipona. Morreu nesta mesma cidade em agosto de 430.

Agostinho faz parte do grupo de pensadores cristãos chamados de Padres da Igreja, que viveram no período do século II até o século VI. O objetivo desses Padres era construir uma harmonia entre o cristianismo e a filosofia clássica, além de trabalhar para a conversão dos considerados pagãos. Para os gregos, a reflexão sobre Deus estava inserida na filosofia, mas não era o seu objetivo principal. Já para os cristãos, o estudo de Deus era a finalidade da filosofia, sendo esta um instrumento para conhecê-lo.

Santo Agostinho é considerado por estudiosos o mais importante dentre esses pensadores, visto o seu pensamento ter caráter de uma síntese dos pensadores que os antecederam, pois dedicou-se inteiramente em harmonizar em um só corpo doutrinário, respostas racionais aos fundamentos cristãos que entendia como verdadeiro conhecimento. Na perspectiva de Souza (2009), Agostinho é um dos maiores responsáveis pelas concepções educacionais, embora não tivesse especificamente essa preocupação. Essa contribuição agostiniana não se deu só no seu tempo, mas em toda Idade Média, sendo que a influência de sua obra subsiste até os dias de hoje. Por isso, a importância de compreender seus pensamentos.

2. O LIVRE ARBÍTRIO E O MAL

A antropologia Agostiniana parte do princípio de que o homem é um verdadeiro problema, um “grande abismo”, um mistério a ser desvendado. Em seu livro *Confissões*, Agostinho questiona: “Mas antes disso o que era eu, meu Deus? Existi, porventura, em qualquer parte, fui alguém?” (AGOSTINHO, 2014, p.22.). Para desvendar a si mesmo e, por extensão o homem do seu tempo, Santo Agostinho pautou sua filosofia na relação do humano com o divino, criatura com o criador.

Para Santo Agostinho, apesar de o homem vir de Deus, não emanou Dele, ou seja, não é idêntico a Ele, logo o homem é uma criatura. Criatura tirada do nada por Deus, que criou todo o universo e seus seres por amor:

Deus, a essência suprema, isto é, aquele que é sumamente e por isso é imutável, deu o ser às coisas que criou do nada, mas não deu o *ser sumamente* como ele próprio é: a uns deu mais ser a outros menos ser e assim ordenou as naturezas segundo os graus da sua essência (AGOSTINHO, 2000, p 1083).

Entre as criaturas, o homem se destaca como o ser de maior grau de excelência do *cosmos* (PIRATELI, 2006), devido o homem ser constituído de corpo/matéria e uma alma/espírito. Segundo Santo Agostinho, a alma é encarnada em um corpo, sendo aquela superior a este e superior aos animais, pelo fato de a alma ser dotada de razão e inteligência, conforme segue em seu livro *A Cidade de Deus*:

Deus fez, pois, o homem à sua imagem. Efetivamente, criou nele uma alma apta pela razão e pela inteligência a elevar-se acima de todos os animais da terra, das águas e do ar, desprovido de um espírito desse gênero (AGOSTINHO, 2000, p. 1143).

Nesse sentido, Agostinho considera que a alma é a imagem do próprio Deus: “É evidente que nem tudo o que dentre as criaturas é semelhante a Deus pode-se dominar sua imagem, apenas o é a alma, à qual unicamente Deus lhe é superior. Só a alma é a expressão de Deus” (AGOSTINHO, 1994, p.349). A

razão por ser a capacidade mais elevada da alma, e por esta se assemelhar a Deus, é o motivo que a torna superior ao corpo.

Segundo Souza (2009), em Santo Agostinho, o corpo é inferior devido a sua fragilidade, por estar sujeito às tentações do mundo, ele é considerado a fraqueza humana. Deste modo, a união entre eles devem ocorrer de forma que a alma governe o corpo e espiritualize-o. Pois, a alma é a mediadora entre ele e Deus, e é na alma que se encontra a verdade, visto que é por meio dela que o homem pode chegar ao verdadeiro conhecimento, ou seja, Deus.

Embora, a alma seja o que mais se assemelha a Deus, ela também pode tornar-se dessemelhante quando preza mais os bens inferiores, temporais e mutáveis nos quais ela pode perder, do que os bens eternos os quais ela de fato deveria amar e possuir:

Se, portanto, quanto mais nos aproximarmos de Deus, tanto mais nos tornamos a Ele semelhantes, a única maneira de nos afastarmos d'Ele será de nos tornarmos dessemelhantes. Mas a este ser incorpóreo, eterno e imutável a alma é tanto mais dessemelhante quanto mais presa está às coisas temporais e imutáveis (AGOSTINHO, 2000, p. 863).

Deste modo, a alma ao se afastar de Deus em busca do seu prazer tende ao nada, ou seja, direciona-se ao não ser. Segundo Agostinho (1995), pode-se afirmar que a alma peca quando se percebe que ela prefere os bens inferiores ao abandono dos superiores. Isso se dá, devido o fato do homem possuir a vontade livre de escolha, isto é, o *liberum arbitrium*, que conforme sua vontade se volta ora para o bem ora para o mal.

Pois bem, se para Santo Agostinho o homem pratica o bem por possuir o livre-arbítrio, mas também pratica o mal devido o mesmo, logo a origem do mal só pode ser atribuída ao livre-arbítrio do homem. Conforme conclui em seu livro *O Livre-arbítrio*: “O mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade” (AGOSTINHO, 1995, p. 69).

Mas, antes de chegar a tal conclusão, Santo Agostinho passou por inquietações, por não conseguir teorizar uma causa para a existência do mal, já que ele não poderia acreditar que o mal provinha de um Deus bom. Agostinho chegou até aderir-se ao maniqueísmo antes da sua conversão ao cristianismo, na expectativa de aí encontrar respostas para suas indagações. Entretanto, a

explicação dada pelos maniqueus a respeito do mal, não bastou para Agostinho, pois, na perspectiva agostiniana, as respostas maniqueias ensinavam que o homem não possuía a liberdade em suas ações, já que, parte de um princípio dualista que o homem é composto de duas divindades universais: o princípio de Bem e Mal (luz e trevas) e estes dois elementos entram em conflito.

Segundo esta concepção, o princípio predominante determinava o caráter e o agir moral do ser humano, assim, não é o homem que pratica o mal, mas sim o princípio de mal preso a ele (AGOSTINHO, 2004). Neste sentido, a liberdade humana não existe, portanto o homem não é responsável pelo mal que faz, pois este lhe é imposto.

Foi contrapondo-se aos maniqueus, que Agostinho após sua conversão escreveu diversos tratados a respeito do mal, entre os quais estão: *A Verdadeira Religião*, *Confissões*, *Solilóquios* e, sobretudo *O Livre-Arbítrio*, este último, se destaca em termos de fundamentação ontológica do mal e da liberdade humana. Escrito em forma dialogada, das conversas de Agostinho com seu amigo Evódio, o bispo de Hipona aplica-se em dissipar a ideia de que Deus seja responsável pelo mal.

O problema do mal não era só um dilema particular de Agostinho, mas sim da filosofia cristã, que precisava responder uma grande indagação: por que em um universo criado por um Deus bom, existe o mal? Agostinho, em seu livro *Confissões*, questiona:

Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez boas todas as criaturas? Ele é certamente o sumo bem, e as criaturas são bens menores, mas criador e criaturas, todos são bons. De onde então vem o mal? (AGOSTINHO, 2014, p.175).

Se Deus é bom, portanto não pode ter criado o mal. Partindo do pressuposto do neoplatonismo, sobretudo das ideias de Plotino, Agostinho encontrou o que acreditou ser a resposta para o mal: o mal não é um ser, mas deficiência e privação do ser, isto é, o mal não é uma essência, mas sim a privação do bem. Segundo Gilson, “o mal é privação de um bem que um sujeito deveria possuir uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada” (GILSON, 2006, p. 243). Desta forma, Agostinho define o mal como

sendo a ausência de Deus (AGOSTINHO, 1995). Essa ausência é decorrente da vontade livre do ser humano, que escolhe um caminho que o afasta do bem, uma vez que o mal não poder vir de Deus.

Assim, o mal provém do mau uso do livre-arbítrio do homem, sendo este o que permite a livre escolha, tanto para o bem quanto para o mal. Em resposta da pergunta de Evódio a respeito de quem é autor do mal, já que está claro não ser Deus, Agostinho vai responder:

Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é ator de sua má ação. Sem dúvidas reflete no que já dissemos acima: as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário (AGOSTINHO 1995, p. 26).

Logo, a origem do mal provém do próprio ser humano que por decisão voluntária, afasta-se de Deus e conseqüentemente gera o mal. Essa defecção Agostinho denomina pecado, que nada mais é do que o abuso do livre-arbítrio do homem, em virtude de a alma atuar conforme sua vontade. Por isso, Agostinho considera o mal tido com castigo justo para o homem, pelo mesmo motivo do padecimento que acarreta (PIRATELI, 2006). Conforme reflete em seu livro *Confissões*:

Que delitos te ofendem se é possível fazer-te mal? Castigas as culpas que os homens cometem contra si mesmos, porque mesmo quando pecam contra ti, fazem mal à sua própria alma, e a iniquidade se engana a si mesma (AGOSTINHO, 2014 p. 76).

É evidente que a justiça divina castiga as más ações, e não seriam castigadas com justiça se não procedessem do livre-arbítrio da alma. A causa do pecado está na vontade do homem, sem ela não haveria pecado (AGOSTINHO, 1995). Daí, o pecado é algo que diz respeito somente ao homem, que ao possuir o livre-arbítrio, dom este dado por Deus, acaba fazendo mau uso da sua liberdade de escolha, se afastando de Deus.

Dessa forma, Agostinho apresentou uma explicação racional a respeito do mal moral, o que o diferenciou do princípio maniqueu, “[...] que definiram o

mal como natureza, ao passo que, como visto, o mal, na análise agostiniana, era danificação e/ou corrupção desta natureza, logo, é contrário a ela” (PIRATELI, 2006, p. 97).

Para aprofundar ainda mais a questão, Agostinho divide o problema do mal em três categorias: o mal metafísico-ontológico; mal moral; e mal físico.

Partindo do pressuposto metafísico-ontológico, não existe mal no universo enquanto essência, pois o mal não é. O mal não pode ser definido como uma substância, uma vez que todas as substâncias são boas, já que foram criadas por Deus, e Deus por ser o Sumo Bem não pode ter criado nada que seja mal. Desse modo, o mal não existe, o que existe segundo PIRATELI (2006) são graus inferiores de ser criados em relação a Deus.

Na segunda categoria está o mal moral, o mais discutido por Santo Agostinho em *O Livre-arbítrio*, que para ele nada mais é do que o pecado. Esse depende da má intenção, do querer por livre escolha agir mal, a causa do pecado é a vontade corrompida do homem. É o desvio voluntário que acarreta o afastamento de Deus. A vontade é uma graça dada ao homem para que, por meio da razão, pudesse em suas ações, aproximar-se cada vez mais de Deus, que é a razão plena. Porém, o homem pode fazer mau uso do seu livre-arbítrio onde a vontade ao invés de tender ao Bem supremo, tende aos bens inferiores, ou seja, é uma *aversio Deo*:

Logo, é a vontade desregrada a causa de todos os males. Se essa vontade estivesse em harmonia com a natureza, certamente esta a salvaguardaria e não lhe seria nociva. Por conseguinte, não seria desregrada. De onde se segue que a raiz de todos os males não está na natureza. E isso basta, por enquanto, para refutarmos todos aqueles que pretendem responsabilizar a natureza dos seres pelos pecados. (AGOSTINHO, 2004, p. 56).

A responsabilidade de agir mal, ou seja, não agir de acordo com a ordem das coisas criadas por Deus, será sempre atribuído ao homem, já que para Santo Agostinho, o homem possui o livre-arbítrio e que do ponto de vista moral, esse foi dado ao mesmo para fazer o bem. Se o livre arbítrio não for usado para este fim, o homem será o único responsável pelo mal moral, que para ele é o mesmo que o pecado, assim o mal não pode ser atribuído a Deus, mas sim ao comportamento do homem.

Por último, está o mal físico, que constituem as doenças, tormentos, sofrimento, morte, que são consequências do pecado original, mal moral. “A corruptibilidade do corpo não é a causa, mas sim pena do primeiro pecado” (EVANS,1995, p. 455). Como Agostinho retratou em *A Cidade de Deus*: não foi “a carne corruptível que fez a alma ser pecadora, e sim a alma pecadora é que fez a carne corruptível” (AGOSTINHO 2000, p. 31). Dessa forma, o mal físico não equivale a um mal, mas sim, é um desdobramento do mal moral, esse deve ser o mal a ser considerado.

A partir da perspectiva agostiniana, resolveu-se o problema do mal, que tanto angustiava os pensadores cristãos e que o inquietava desde a juventude, desvinculando o mal totalmente de Deus, o que se constituiu, segundo os estudiosos, em uma originalidade do seu pensamento.

Agostinho chegou à conclusão de que a única causa do mal é o pecado, fruto da má vontade do homem, ou de que o único mal que podemos chamar de propriamente mal é o mal ético-moral, pois o mal metafísico não existe, é antes não-ser; e o mal físico não passa de um erro de perspectiva estética, por parte do homem, e é perfeitamente abarcado na totalidade do universo. Nesse momento Agostinho alcançaria o último estágio de seu pensamento acerca do problema do mal, passando de uma explicação ontológico-estético-filosófico-religiosa a uma explicação ontológico-ético-moral-filosófico-religiosa do problema; de uma visão centrada em Deus (enquanto Criador do universo) para uma visão centrada no homem. E é aqui, defendemos que reside toda a originalidade do pensamento de Agostinho em relação aos filósofos que o antecederam (COSTA, 2002, p. 394).

Dessa forma, o bispo de Hipona isenta Deus a responsabilidade do mal e centra o problema ao homem, que ao romper com o Criador, esvaziou-se da sua essência que é o puro bem. Portanto, Santo Agostinho, por uma ótica cristã, conseguiu resolver o problema do mal desvinculando-o totalmente de Deus. Sua explicação a respeito desse tema tornou-se ponto de referência durante séculos e ainda hoje conserva sua validade, o que aponta sua originalidade.

2.1 LIBERDADE

O conceito de liberdade na Antiguidade clássica grega, sobretudo em Aristóteles era considerado como um *status* jurídico que estava relacionado à política. Segundo Bignotto, para Aristóteles “a liberdade só tem significado enquanto conceito que elucida um fenômeno da vida política, mostrando a independência do indivíduo com relação à cidade” (BIGNOTTO, 1992, p 334). O escravo não possuía essa liberdade jurídica. Contudo, a liberdade para Santo Agostinho consistia na possibilidade de fazer o bem. Para ele quem é bom é livre, ainda que seja escravo. Quem é mau é escravo, ainda que seja livre. Ou seja, o homem é livre quando é bom, mesmo que em um *status* político-social ele seja escravo.

A ideia de liberdade em Santo Agostinho, em certa medida é original. Original, porque não tratou de uma liberdade jurídica, mas sim, da liberdade da alma; não de uma liberdade exterior; mas sim da liberdade interior, na qual o homem só consegue ser livre pela ação da graça divina. Sendo livre, o homem é feliz. Além do mais, é original, já que, enquanto muitos consideram a liberdade como sinônimo de livre-arbítrio, Santo Agostinho faz uma notória distinção entre esses dois termos: “o livre-arbítrio, é a simples possibilidade de escolha e a liberdade é o resultado da boa escolha” (SOUZA, 2001, p. 4). A liberdade consiste em fazer um bom uso do livre-arbítrio.

Para fazer-se um bom uso do livre-arbítrio, o homem deve amar a sua boa vontade, que segundo Santo Agostinho, é a vontade pela qual o homem deseja viver retamente e honestamente (AGOSTINHO, 1995). Para tanto, o homem precisa exercer quatro virtudes cardeais, que são: a prudência, força, temperança e a justiça.

Em seu tratado *O Livre-Arbítrio*, Agostinho explica que a virtude da prudência consiste no discernimento dos objetos que devem ser desejados dos que devem ser evitados; a força é disposição da alma que não se deixa abater pelas perdas dos objetos, que lhe geram diversos infortúnios; a temperança é a disposição que freia os impulsos que acarretam a ações vergonhosas; e a

justiça é o direito de cada um receber aquilo que é seu. (AGOSTINHO, 1995). Ao exercer essas virtudes o homem é feliz, pois este coloca os bens eternos e imutáveis, acima dos bens terrenos e passageiros, assim a boa vontade e a liberdade consistem na busca dos bens eternos:

é feliz o homem realmente amante de sua boa vontade e de que despreza, por causa dela, tudo o que se estima como bem, cuja perda pode acontecer, ainda que permaneça a vontade de ser conservado. [...] Se por nossa boa vontade amamos e abraçamos essa mesma boa vontade, preferindo-a a todas as outras coisas, cuja conservação não depende de nosso querer, a consequência será, como nos indica a razão, que nossa alma esteja dotada de todas aquelas virtudes cuja posse constitui precisamente a vida conforme a retidão e a honestidade. De onde se segue esta conclusão: todo aquele que quer viver conforme a retidão e honestidade se quiser pôr esse bem acima de todos os bens passageiros da vida, realiza conquista tão grande, com tanta facilidade que, para ele, o querer e o possuir serão um só ato (AGOSTINHO, 1995, p. 60-61).

O fato de a boa vontade buscar os bens eternos, não anula o valor dos bens terrenos. O que faz os bens terrenos serem censurados, não são eles em si, mas sim os homens que podem fazer mau uso deles (AGOSTINHO, 1995). Assim, o homem peca por amar mais os bens inferiores do que os superiores, pois os primeiros podem se perder contra a própria vontade, por serem mutáveis e passageiros, enquanto que os últimos nunca se perdem, já que são eternos. Desse modo, a boa vontade consiste na busca pelos bens eternos, e uma conduta reta e honesta no uso dos bens terrenos.

As mesmas coisas podem ser usadas diferentemente: de modo bom ou mal. E quem se serve mal é aquele que se apega a tais bens de maneira a se embaraçar com eles, amando-os demasiadamente. [...] É próprio da vontade escolher o que cada um pode optar e abraçar. E nada, a não ser à vontade, poderá destronar a alma das alturas de onde domina, e afastá-la do caminho reto. Do mesmo modo, é evidente ser preciso não censurar o objeto do qual se usa mal, mas sim a pessoa que dele se serviu (AGOSTINHO, 1995, p. 66-68).

Para Agostinho o livre-arbítrio da vontade é considerado um bem médio, que está entre o Bem absoluto que é Deus, e os bens inferiores, mutáveis e passageiros (COSTA, 2002). Está entre o Bem Absoluto, pois se o homem usar

do seu livre-arbítrio conforme o foi designado (que é para fazer o bem) o homem alcançará a tão sonhada "vida feliz" sendo para esta finalidade que Deus o deu. Está entre os bens inferiores e imutáveis, pois é por meio deste que o homem também escolhe viver conforme as suas paixões, agarrando-se assim, a coisas terrenas, que se podem perder contra a própria vontade (AGOSTINHO, 2004), levando uma vida pecaminosa cheia de infelicidade e infortúnios:

Eis porque é necessária ao homem uma vontade pessoal livre, bem médio em si mesmo, que permanece livre para se voltar ao bem supremo e para possuí-lo na beatitude, ou para afastar-se dele para gozar de si mesmo e das coisas inferiores, no que consiste o mal moral e o pecado. Aversão ao Soberano Bem e conversão aos bens secundários, são, em suma, os dois atos livres que decidem nossa felicidade ou infelicidade eternas. (GILSON, 2006, p. 276).

Se a boa vontade consiste em voltar-se aos bens eternos, a má vontade só pode ser a aversão à boa vontade. Deste modo, o homem escolhe amar mais a si mesmo do que a Deus, se agarra aos bens terrenos, não discerne os objetos que se deve amar dos que se deve evitar, não controla seus impulsos o que acarreta ao homem vários infortúnios e conseqüentemente a infelicidade. Todos desejam ser felizes, mas nem todos conseguem, pois, ao afirmar que os homens são voluntariamente infelizes, não significa que eles queiram ser infelizes, mas por possuir tal vontade má, é que o infortúnio necessariamente permanece, mesmo contra o desejo de felicidade (AGOSTINHO, 1995).

Dessa forma, Agostinho afirma que há dois tipos de homens: uns amigos das coisas eternas; e outros amigos das coisas temporais (AGOSTINHO, 1995). Neste sentido, o homem que ama a boa vontade está submetido ao que Agostinho denomina de lei eterna, ao passo que, o homem que prefere a má vontade está submetido à lei temporal. Para Agostinho, a relação entre essas duas leis é clara: a lei eterna ordena o desapego aos bens temporais, e a lei temporal não pode estar isenta da lei eterna. "Logo, a lei eterna ordena desapegar-nos do amor das coisas temporais e voltar-nos purificados para as coisas eternas" (AGOSTINHO, 1995, p 64).

Nessa perspectiva, estar submetido à lei eterna, significa que o homem está na busca pela verdade que só pode ser encontrada em Deus. Ora, a busca pela verdade é uma experiência de liberdade que Agostinho denomina como a primeira das liberdades. Nesta busca da verdade o homem exercita a sua liberdade, posto que, ser livre para Santo Agostinho, é fazer o bem, é estar liberto da escravidão do pecado, livre para poder ser sábio, é ter conhecimento da verdade acerca de si mesmo e de sua condição de pertencer-se ao mundo, ou seja, o homem livre compreende a sua própria existência e descobre a verdade sobre si mesmo, sobre o mundo, sobre a criação e o Criador.

Chegar a essa verdade, a esse entendimento, significa que o homem chegou a encontrar sua liberdade plena, pois tal caminho percorrido faz com que o homem, distancie-se da sua materialidade e volta-se a sua interioridade, local em que a Verdade habita, em outros termos, Deus habita no interior do homem, Deus que é a liberdade na mais pura essência e fonte de todo conhecimento.

Entende-se então, que a verdadeira liberdade consiste em fazer um bom uso do livre-arbítrio; é a capacidade de não pecar; é agarrar-se aos bens eternos; gozar da beatitude e ser rente a Deus. Porém, na concepção de Santo Agostinho esta liberdade plena só foi vivenciada pelos primeiros pais do homem, ou seja, Adão e Eva. Que antes do pecado “[...] levavam uma vida cuja essência mesma era seu amor pacífico por Deus” (GILSON, 2006, p. 26). O homem, não pecava, não estava submetido a nenhum mal, a nenhuma dor, nem sofrimento, era livre e imortal:

Assim, no paraíso terrestre, havia como objeto percebido: vindo do lado superior à sugestão da serpente. Pois nem o que o Senhor ia prescrever, nem o que a serpente ia sugerir foi deixado ao poder do homem. Contudo, ele estava certamente livre de resistir à vista das seduções inferiores, pois o homem tendo sido criado na sanidade da sabedoria achava-se isento de todos os liames que dificultavam a sua escolha. Podemos compreender isso pelo fato de os próprios insensatos chegarem a vencer-se e se elevarem até à sabedoria, ainda que lhes seja penoso renunciar às doçuras envenenadas de seus hábitos funestos (AGOSTINHO, 1995, p. 74).

Para Santo Agostinho, foi por decorrência do pecado de Adão, que todo o gênero humano foi corrompido, e essa consequência serviu para toda

descendência, pois “[...] tão grande foi o pecado por ele cometido que a natureza ficou deteriorada e com ela se transmitiu aos descendentes a sujeição do pecado e da necessidade da morte” (AGOSTINHO, 2000, p. 1233). Deste modo, Agostinho afirma que o erro original foi um efeito do livre-arbítrio do homem e, portanto, sua vontade é a culpada, conforme aponta em sua obra *A Cidade de Deus*:

Deus, autor das naturezas e não dos vícios, criou o homem reto, mas este, espontaneamente pervertido e justamente castigado, gerou pervertidos e castigados. É que todos estivemos naquele homem único quando todos fomos aquele homem único que foi arrastado ao pecado pela mulher que dele fora feita antes do pecado. Ainda não tinha sido criada nem distribuída a cada um de nós a forma na qual cada um de nós devia viver individualmente, mas já existia a natureza seminal de que havíamos de nascer. E estando esta corrompida pelo pecado, aprisionada nas cadeias da morte, justamente castigada. Do homem não podia nascer um homem de condição diferente. E por isso, do mau uso do livre-arbítrio saiu esta série de calamidades que, por um encadeamento de desgraças, conduziu o gênero humano, pervertido desde a origem e como que corrompido na raiz, até o flagelo da segunda morte que não tem fim, à exceção apenas daqueles que pela graça de Deus se libertarem (AGOSTINHO, 2000, p. 1187).

Deste modo, o homem não possui mais a mesma essência da natureza original, não desfruta da liberdade, nem da felicidade e nem se quer da imortalidade. Como castigo, sua natureza torna-se corrompida, sujeita a todo tipo de sofrimento e a morte. O homem, ao preferir a si mesmo, desviou-se de Deus por causa da fraqueza do seu livre-arbítrio. Deus havia lhe dado tudo que era necessário para evitar a queda (GILSON 2006). Em consequência disso, Deus retira do homem o direito a liberdade, mas ainda o mantém com o livre-arbítrio, que foi ferido pelo pecado original, mas não anulado.

O homem se afastou de Deus moralmente, mas ontologicamente não. Mesmo pervertido, sujo pelo pecado, escravo dos seus maus desejos, ainda assim Deus o ama e o homem sempre será dependente de Deus, não importa quão corrompido esteja. A prova desse amor é que Deus concede ao homem um mecanismo para restaurar a liberdade perdida, esse mecanismo nada mais é do que a graça. Só com ajuda da graça divina é que o homem refaz a sua

liberdade. Para cair o homem bastou querer, mas para se reerguer ele precisa do auxílio, divino que para Agostinho, só se dá por meio de Jesus Cristo.

2.2 LIBERDADE E GRAÇA

Agostinho entende que a queda adâmica foi uma defecção do livre-arbítrio, com efeito, a alma decaída não poderia mais ser livre por sua própria vontade, pois o querer ser livre, não é suficiente, é preciso poder ser livre. Para cair o homem bastou querer sozinho, mas para levantar-se por si só o homem não consegue. Assim, o homem entrou em um processo de degeneração, ou seja, regressou ao caminho do não ser, da não existência:

O homem não decaiu ao ponto de se tornar mesmo nada, mas inclinando-se para si próprio, tornou-se menos do que era quando estava unido ao que é plenamente. Abandonar a Deus para ficar em si próprio se comprazer, ainda não é o nada, mas é já aproximar-se do nada. (AGOSTINHO, 2000, p. 1278).

Porém, Deus na sua infinita bondade concede ao homem um auxílio dadivoso para que este possa retornar a ser criatura divina novamente. Para tal retorno, à graça é imprescindível. Para Marcos Pirateli, a ação do homem evidencia-se no livre-arbítrio, a graça constituía-se na ação de Deus (PIRATELI, 2006). Nessa perspectiva, é que se constituíram os princípios básicos para a teoria da graça, que foi tão evidente na vida de Santo Agostinho. Em seu livro *Confissões* ele expressa o auxílio divino em sua vida: “Assim eu meditava, e tu estavas ao meu lado, eu suspirava e tu me ouvias. Eu tateava e tu me guiavas. Eu andava pelos largos caminhos do mundo e tu não me abandonavas” (AGOSTINHO, 2014, p.147).

Para Agostinho, em virtude do pecado original o homem perdeu sua liberdade, ou seja, capacidade de não pecar; a necessidade de fazer o bem, e não o livre-arbítrio, que é a possibilidade do bem. Nesse sentido, o homem continua tendo o livre-arbítrio continua agindo voluntariamente, no entanto, já não consegue perseverar no bem pela sua própria vontade. Agostinho afirma,

que o querer o bem está no alcance do ser humano, mas o poder fazer o bem, não. Daí, a graça divina como assistência para o bem se realizar:

Posto que a vontade deseja o bem, então ela é por essência destinada a realizá-lo; não obstante, posto que ela é incapaz de realizar o bem que ela deseja, então há nela algo corrompido, nomeamos como causa dessa corrupção o pecado, e prescrevamos o remédio para ele, a Redenção do homem por Deus, desenvolvida com a graça de Jesus Cristo (GILSON, 2006, p. 301).

Para a redenção do homem e a restauração de sua liberdade a graça vai atuar diretamente no livre-arbítrio, para que este não só tenha a possibilidade de fazer o bem, mas também recupere a necessidade de fazer o bem. Nesse sentido, o livre-arbítrio em suas responsabilidades, não basta para reconstruir a liberdade deformada, é necessário o auxílio da graça divina, entendida como instrumento fundamental para corrigir o desvio da vontade livre. Boehner e Gilson destacam a importância da graça nesse processo pensado por Santo Agostinho:

É a graça de Deus, e só ela, que nos torna verdadeiramente livres. Mas nem por isso a liberdade deixa de supor o livre-arbítrio, pois ela não é senão o livre-arbítrio libertado. É de Deus que vem a força para fazer o bem, mas é ao livre-arbítrio que incumbe fazê-lo (BOEHNER; GILSON, 2000, p. 192).

Por sua vez, Gilson faz as seguintes considerações a respeito do tema prezado por Santo Agostinho:

Duas condições são exigidas para fazer o bem: um dom de Deus que é a própria graça e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio não haveria problemas; sem graça, o livre-arbítrio (após o pecado original) não quererá o bem ou, se o quisesse, não conseguiria realizá-lo. A graça, portanto, não tem o efeito de suprir á vontade, mas sim de torná-la boa, pois ela se transforma em má. Esse poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade. A possibilidade de fazer o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas o poder de não-fazê-lo é a marca da liberdade. E o fato de alguém se encontrar confirmado na graça, a ponde de não poder mais fazer o mal, é o grau supremo da liberdade. Assim, o homem que estiver mais completamente dominado pela graça de Cristo será também o mais livre (GILSON, 1982, p. 202).

A graça dá à vontade humana a possibilidade de praticar o bem. Nisso consiste o chamado do livre-arbítrio mais autêntico. A possibilidade de cumprir a lei divina é efetiva e o juízo de Deus a respeito da ação humana é perfeitamente aceitável, justamente pelo homem possuir o dom do livre-arbítrio. Tal livre-arbítrio não é forçado pela ação divina, mas sim ao contrário, ele é chamado a agir pelo bem, a graça atua, mas não lhe tira a autonomia de decidir segundo a própria escolha.

Nesse sentido, a graça conserva o livre-arbítrio. De acordo com Gilson: “Deus vem em ajuda do homem que age, não para dispensá-lo de agir, mas para permiti-lo; assim, é necessário que, mesmo sob a pressão vitoriosa da graça, o livre-arbítrio esteja sempre presente” (GILSON, 2006, p.305), o que não exime o homem de uma ação voluntária e aberta para esse bem, ou seja, o exercício puro da sua vontade.

Desejar ser livre para fazer o bem e conseguir fazê-lo é um dos caminhos para a educação cristã, pois o homem para ser livre precisa relacionar-se com Deus, que o ajudará por meio da graça. Desta forma, a liberdade é uma das virtudes que possibilitará ao homem o conhecimento da verdade, que na educação agostiniana nada significa o conhecimento de Deus.

3. EDUCAÇÃO: A BUSCA DO HOMEM PELA VERDADE

O pensamento educacional agostiniano visou apontar caminhos para o homem do seu tempo, tendo em vista a formação dentro dos moldes estabelecidos pelo cristianismo. Dessa forma, entende-se que a dimensão formativa em Santo Agostinho busca formar um homem que está em crise diante de uma sociedade em decadência, na qual o cristianismo emerge como um consolo espiritual. Dentro dos princípios cristãos, o homem convertido, passaria por um processo de interiorização a fim de chegar ao verdadeiro conhecimento, que para Agostinho é Deus:

O grande propósito da educação em Agostinho é guiar o homem a Deus, única via que alcança o homem ideal, aquela da beatitude a partir de uma adesão total à fé cristã por meio de uma vida ascética, de renovação interior e um comportamento moral que visava interesses transcendentais. (PIRATELI, 2014, p. 134).

Para Agostinho o homem enquanto ser portador de inteligência e razão, deveria se empenhar na busca pela Verdade que para ele é Deus, fonte de felicidade, como ele descreve em seu livro *Confissões* “[...] felicidade, é gozo da verdade, o que significa gozar de ti, que és verdade” (AGOSTINHO, 2014 p. 31). Assim, encontrando a Verdade o homem chegava a sua perfectibilidade. Esse encontro só era possível por meio do que Agostinho denominou de Iluminação Divina. Tal Iluminação, foi apresentada por ele como teoria do conhecimento, na qual consiste a ação de Deus na mente humana, de forma que o homem alcance à Verdade, e a tão sonhada felicidade.

Deste modo, para receber o verdadeiro conhecimento, o homem precisa voltar-se ao seu criador, que se encontra no interior do próprio homem, ou seja, no interior da alma. De acordo com Pereira Melo (2010), o conhecimento da verdade passa pelo conhecimento de Deus, por isto, a alma anseia pelo conhecimento de Deus. Deus é posto como o Grande Mestre que habita no mais íntimo do coração humano e não no externo do homem. Conforme Agostinho relatou suas experiências pessoais em seu tratado as *Confissões*,

no qual ele diz que procurava Deus externamente, sem saber que Deus habitava dentro de si:

Tarde te amei, ó beleza tão antiga e tão nova! Tarde demais eu te amei! Eis que habitavas dentro de mim e eu te procurava do lado de fora! (AGOSTINHO, 2014, p. 295).

A ti que tivestes compaixão de mim quando eu ainda não te conhecia estavas mais dentro de mim do que minha parte mais íntima (AGOSTINHO, 2014, p. 70).

Que voltem atrás e te procurem, porque não abandonas as tuas criaturas, como estas abandonam o Criador. Voltem a procurar-te, eis que aí estás, em seus corações, no coração de cada um que te reconhece e se lança a teus pés, e chora no teu seio, após longa e difícil jornada. Tu estás pronto a enxugar as suas lágrimas; choram ainda mais e no pranto encontram a alegria, porque tu, Senhor não és um homem qualquer de carne e osso, mas és tu Senhor que os fizestes, que agora os encoraja e consola. Onde estava eu quando te procurava? Estavas diante de mim, e eu até de mim mesmo me afastava, e se não encontrava nem a mim mesmo, muito menos podia encontrar-te a ti (AGOSTINHO, 2014, p.114).

Nesse sentido, o conhecimento da verdade localizava-se no interior do homem, que ao voltar-se para sua interioridade, encontraria Deus comunicando-se em seu coração. Agostinho explicou que quanto mais o homem buscava o conhecimento nas coisas externas, mutáveis e mundanas, mais esvaziava-se de si mesmo e conseqüentemente esvaziava-se de Deus. Mas quando o homem se recolhe em sua intimidade, quando encontra-se em sua interioridade, também ali encontra Deus.

A Verdade era tida como fonte de felicidade plena, imutável e inabalável, de natureza universal, seu conhecimento não se limitava a algumas pessoas, mas estendia-se a todo homem de boa vontade, disposto alcança-la para seu aperfeiçoamento (PIRATELI 2006). Deste modo, Agostinho indica os dois

lados da Verdade: um secreto, por ser encontrada no íntimo do homem, e outro público, por estar ao alcance da humanidade:

Apresenta-se ela e oferece-se universalmente a todos que são capazes de contemplar realidades invariavelmente verdadeiras. É ela semelhante a uma luz admiravelmente secreta e pública ao mesmo tempo. Ora, a respeito de algo que pertence assim universalmente a todos os que raciocinam e compreende, poder-se-ia dizer que pertence como própria à natureza particular de alguém? (AGOSTINHO, 1995, p. 33).

Em *Confissões* Agostinho vai expressar:

Essa vida tem necessidade de voltar-se para o Criador, de viver cada vez mais próxima da fonte da vida, de ver a luz na Luz divina, para se aperfeiçoada, iluminada e nela alcançar a felicidade (AGOSTINHO, 2014, p. 403).

Segundo Agostinho, o homem recebe de Deus o conhecimento da Verdade por meio da Iluminação Divina. Para conhecer a Verdade a mente do homem precisaria estar purificada, assim a dimensão formativa de Santo Agostinho caracteriza-se por um difícil processo de purificação moral, que marcava o abandono do homem exterior (material) que cedia lugar ao homem interior (espiritual). “Logo, educar-se era santificar-se” (PIRATELI, 2014, p 134).

Desta forma, a educação agostiniana era estabelecida em dois fundamentos: da interioridade e da transcendência: o interior (a alma) como local da educação e o transcendente (Deus) como educador por excelência (REDONDO; LASPALAS, 1997). Para que a educação de fato ocorra, o homem precisa estar purificado dos costumes mundanos, carnis e materiais, tendo boa vontade para tanto. O homem não deve somente buscar a Verdade como conhecimento, deve também amá-la (MARROU, 1957).

A Educação, nessa perspectiva tinha como objetivo contribuir com o processo de santificação, da relação da alma humana com o Divino. O homem deveria entregar-se a Deus, por sua livre escolha, permitindo que Deus atuasse em seu interior.

3.1 A LIBERDADE E A DIMENSÃO FORMATIVA

O processo formativo formulado por Santo Agostinho visava atender os critérios exigidos pelo cristianismo, que era guiar o homem rumo à santificação. Com base nos escritos paulinos, Santo Agostinho entendeu a educação como um procedimento de purificação moral, em que o “homem velho”, exterior, material, mortal, expressão do corpo, daria lugar ao homem novo, interior, espiritual, imortal, exposto na alma. Nesse processo, a liberdade cristã aparece como uma virtude que leva ao homem ao conhecimento de Deus, uma vez que, para estar em comunhão com Divino, o homem precisa realizar o bem, estar liberto da escravidão do pecado e amar os bens eternos.

Embora esse processo fosse educativo, não era o homem que dirigia-o, mas sim o próprio Deus, iluminado-o por meio da graça. Assim, para Agostinho o conhecimento não era algo que pode ser passado ou transmitido, de professor para aluno, pois para ele Deus era o único Mestre. (PEREIRA MELO 2010). Desta forma, o que cabe ao professor é instigar o aluno a buscar o conhecimento por meio da contemplação a Deus.

A contemplação sendo uma atividade humana, só é possível quando Deus fornece o material necessário para que ela ocorra, já que o verdadeiro conhecimento provém de origem divina, eterna e imortal, e não humana, cabendo ao homem somente o papel de descobrir essas verdades em seu interior (RUBANO, MOROZ, 2001).

Apesar de a Verdade estar no interior dos homens, nem todos conseguem ir ao encontro dela, pois o percurso em si dependia do homem estar pré-disposto a isso, estar livre para fazer essa opção, que passava pela purificação. Agostinho diferencia então, os homens ‘puros’ dos ‘impuros’, e só os primeiros, os verdadeiramente livres e puros conseguiam contemplar a Verdade (PIRATELI, 2014). Visto que, a razão e a inteligência eram afetadas pela escravidão do vício e do pecado, por isso os impuros não poderiam receber a Iluminação, “[...] esta luz não se pode ver senão por olhos limpos, tampouco podemos ver a Deus se não está limpo aquilo que O podemos ver”

(AGOSTINHO, 2003, p. 8). Daí processo educacional dependia da purificação moral do homem que precisaria estar livre das amarras do mundo exterior.

Outro motivo que Agostinho utilizou para justificar a purificação moral, foi a de que a humanidade foi corrompida pelo pecado original, e todos os descendentes de Adão e Eva perderam sua liberdade, sua imortalidade e perfectibilidade, desta forma são incapazes de receber as verdades eternas, bens maiores destinados a homens livres e puros que se faziam graça a iluminação:

Santo Agostinho propõe uma caminhada educativa de purificação que torne o homem apto a receber a iluminação divina: Portanto, como estamos destinados a gozar sem fim dessa Verdade que vive imutavelmente e pela qual o Deus Trindade, autor e criador do mundo, cuida de sua criação, devemos purificar nosso espírito para que possa contemplar essa luz e a ela aderir quando contemplada (AGOSTINHO, 1991, p. 50)

O processo de purificação é considerado como uma separação do homem que leva uma vida de pecado, escravizado pela sua materialidade, do homem que conquistou sua liberdade na sua aproximação com Deus que deleita na alma, em sua interioridade. Segundo Pereira Melo, “Viver segundo a carne levava-o a romper a relação com Deus, ao passo que viver segundo o espírito, na graça levava-o à santificação e união com Deus” (PEREIRA MELO, 2010, p. 421). Para que a santificação ocorra o homem precisa ter vontade, mas somente vontade não basta é preciso o auxílio da graça proveniente de Deus.

A vontade consiste na verdadeira liberdade que é usar do seu livre-arbítrio para o bem, para a santidade, o agir com inteligência é se dispor dos bens eternos, é se purificar da vida de escravidão do pecado, é desejar viver retamente. A graça entra como o mecanismo que possibilita essa liberdade plena:

Portanto qualquer espírito criado pode conhecer e amar o bem somente sob influência do Ser Divino, que pela graça atua na mente e na vontade, fazendo com que a primeira enxergue a verdade e a segunda deseje o Sumo Bem. Daí vem o sentido de 'salvação como libertação de estado de miséria em que o

ser humano pode ser salvo (CASTELO BRANCO, 2007, p. 139).

Nessa perspectiva, o ensino e aprendizagem para Agostinho era orientado por Deus, verdadeiro Mestre, que instrua por meio da graça. Todo processo era guiado por Deus, até mesmo a vontade de crer deveria ser atribuída a essa graça:

Assim, o homem começa a crer em Deus, quando começa a ter a graça, sob um aviso que lhe vem seja de dentro, seja de fora. A princípio concebida, depois nascida na alma, essa nova vida faz um homem novo daquele no qual a partir de então ela irá se desenvolver. (GILSON, 2006. p. 292).

Nesse sentido, a liberdade ganha ênfase, na educação Agostiniana, posto que a vontade livre do homem é necessária para receber a graça, pois Deus não a concedia a qualquer um, mas sim para aquele que incessantemente buscasse, crescesse, usasse do seu livre-arbítrio com eficiência, a ponto de merecê-la.

A diferença entre o homem que tem a graça e aquele que não tem está na posse ou não posse do livre-arbítrio, mas em sua eficiência. Aqueles que não têm a graça reconhecem-se pelo fato de seu livre-arbítrio não se aplicar em querer o bem ou, se eles querem, em serem incapazes de realizá-lo; o contrário, aqueles que tem graça querem fazer o bem e obtêm sucesso nisso. Assim a graça pode ser definida: o que confere à vontade seja a força para querer o bem, seja para realizá-lo. (GILSON, 2006, p. 303).

Dessa forma, a liberdade é mais profunda do que a simples capacidade de escolher entre o bem ou mal, ela é o poder de escolher bem, o fato de escolher bem, pela graça, a sua vontade se realiza. Entende-se então que o homem no processo educativo de Santo Agostinho tem um papel secundário, visto que para percorrer o caminho de santificação o homem precisa querer, mas o poder realizar vem do auxílio divino, que guia o homem a essa caminhada salvífica proposta pelo pensamento cristão, no qual Agostinho foi o principal sistematizador.

3.2 OS AGENTES DO PROCESSO EDUCATIVO

A proposta educacional de Santo Agostinho buscava formar o homem para a perfeição espiritual, para a plenitude humana, uma vez que o cristianismo acreditava que a humanidade inteira foi corrompida pelo pecado original. Dessa forma, a educação foi fundamentada, como um dos meios de restaruação dessa natureza, para que o homem pudesse ser verdadeiramente homem, plenamente humano (BAZARRA, 1997). Daí a preocupação de Agostinho com uma educação moral, que indicava o caminho a ser seguido pelo homem em busca da sua humanidade, a educação era um processo autoeducativo, tendo como fonte do conhecimento Deus:

Essa teoria do conhecimento agostiniana não se fundamentava no princípio de que algo (um conceito, uma ideia) fosse transmitido como ocorreu entre professor e aluno. Por isso tal teoria pode ser entendida como autoeducativa, visto Deus ser apresentado como o único mestre. (PIRATELI, 2014, p. 138).

Sendo assim, o papel do mestre terreno não é o de transmissor da verdade e do conhecimento, mas estimulador, facilitador da descoberta dos mesmos. Seu papel é orientar o aluno a encontrar dentro de si a verdade e o conhecimento, iluminado por Deus. Em suas reflexões em *De Magistro* Agostinho discute com seu filho Adeodato que o ensino aparentemente se dá para o aluno por meio da linguagem e que esta tem duas funções: ensinar ou recordar, ou seja, ao falar pretende-se somente ensinar ou suscitar recordações. (PIRATELI, 2014, p. 110).

Agostinho afirma que as coisas não podem ser aprendidas pelas palavras que as nomeiam. Para ele, as palavras são signos, que indicam algo, mas não mostram ao homem esse algo, deste modo, os signos possibilitam que o homem recorde algum conhecimento que já possui em sua memória, ou

o incita a procurar e a conhecê-lo, em outros termos, a linguagem não ensina, mas é por meio dela que professor suscita no aluno o desejo de aprender:

[...] incitam-nos apenas a buscar as coisas, não no-las apresentam para as conhecermos. Ora, quem me ensina alguma coisa é quem me manifesta, quer aos olhos quer a outro sentido do corpo, ou ainda à própria mente, as coisas que eu quero conhecer. Portanto, com palavras não aprendemos senão palavras, ou melhor, o som e o ruído das palavras (AGOSTINHO, 2002, p. 97).

Deste modo, a linguagem é importante ao ensino, porém ela é incapaz de gerar conhecimento, posto que o ato de aprender é um ato interior do entendimento da alma. “O saber é gerado na alma (faculdade interior) e não na linguagem (instrumento exterior). Por isso, a função da palavra não é gerar conhecimento, mas despertar no aprendiz o desejo de conhecer” (PIRATELLI, 2014, p.108).

Para Agostinho, o processo de aprendizagem dava-se por meio de perguntas e respostas, o mestre despertava a verdade existente dentro da alma do aprendiz, que pensaria por si mesmo, buscando as respostas no seu interior, “[...] aquele que interrogava nada ensinava já que esta era uma faculdade do mestre interior” (PEREIRA MELO, 2010, p. 430). Souza reforça:

Cabe aos mestres a função de estimular, provocando os discípulos de maneira que eles busquem a confirmação do que é dito e possam encontrar o conhecimento em seu interior, sendo que o homem chega à verdade por meio de uma contemplação que realiza com o “olho interior” da alma (SOUZA, 2010, p. 107).

É ouvindo o mestre interior, e não exterior que ocorre a aprendizagem, mas Santo Agostinho não nega a existência do mestre terreno, embora enfatize que o único mestre capaz de ensinar é Deus.

“O autêntico mestre não era o que se explicava e se expressava pelas palavras, mas Cristo que habitava no próprio homem, o qual, por sua vez, contemplava-o para chegar a verdade” (AGOSTINHO, 1980, p. 323-324).

Em suma, o conhecimento não ocorre de fora pra dentro, mas sim da ação interior da alma. Nesse sentido, o mestre não pode ensinar nada ao aluno e nem o aluno ao mestre, visto que ninguém pode adentrar no interior do outro, a não ser Deus. Por isso, Deus é considerado o verdadeiro mestre, que habita no interior do homem e é capaz de ensiná-lo, iluminando a verdade dentro dele. Cabe ao aluno, numa busca interior contemplar essa verdade, compreendendo que sua alma deve ser sempre direcionada a Deus.

Desta forma, a dimensão formativa de Santo Agostinho, tem como agentes educativos Deus e o homem, no qual Deus é o Mestre responsável por possibilitar o conhecimento, ao passo que o mestre terreno é auxiliador do aprendiz na busca do mesmo. Para Santo Agostinho, a relação do homem com Deus era a realização do projeto divino de santificar o homem para a perfeição a fim de gozar da glória eterna. Ao tempo que responderia às necessidades que se colocavam ao homem cristão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o pensamento agostiniano é um reflexo da experiência vivenciada por ele e pelo homem do seu tempo, que em meio à nova sociedade que se organizava, via-se desorientado. Santo Agostinho, a partir das perspectivas do Cristianismo contribuiu com o seu conceito de liberdade e processo formativo, para formar o homem cristão e assim atender as demandas da sociedade do seu tempo.

A liberdade, na visão agostiniana, até então perdida por consequência do pecado original, poderia ser restaurada com o auxílio da graça divina. A liberdade restaurada consistia em não só escolher fazer o bem, mas permanecer no bem, amando os bens eternos e fazendo um bom uso dos bens temporários. A liberdade caracterizou-se então, como uma liberdade interior da alma, na qual a alma dominava os desejos pecaminosos da carne, assim o homem tornou-se livre do pecado e purificado para buscar e conhecer a verdade que habita dentro de si.

O que diz respeito aos agentes do processo educativo, Agostinho afirma que o professor nada ensinava, o seu papel consistia em facilitar o caminho e orientar o aluno a descobrir a verdade e o conhecimento em seu interior. O homem tinha um papel secundário na educação Agostiniana, visto que, o mestre central era Deus, que iluminava as verdades para o homem.

Entende-se daí, que o conceito de liberdade e a dimensão formativa elaborados pelo pensador adquiriu um importante significado para a compreensão de uma dinâmica social, política e religiosa, que teve como centro a relação que foi estabelecida entre a Igreja Católica em sua consolidação e os homens da sociedade daquele tempo.

FONTES

AGOSTINHO, santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **O Mestre**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **Cidade de Deus**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **A Trindade**. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. **Sobre o Sermão do Senhor na Montanha**. Campo Grande; Rio de Janeiro: Edições Santo Tomás, 2003.

_____. **A Doutrina Cristã**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

_____. **Comentário aos Salmos**. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. **A Doutrina Cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.

REFERÊNCIAS

BARK, W. C. **Origens da Idade Média**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BAZARRA, Carlos. La perfección evangélica em óptica agustiniana. In: **Jornadas Internacionales de Agustínologia**: San Agustín predicador de la Iglesia. Caracas: Catedra San Agustín. Venezuela:UCAB, 1997.

BIGNOTTO, N. **O conflitos da liberdade**. Belo Horizonte: UFMG, 1992.

BOEHNER, P; GILSON, E. Santo Agostinho, o mestre do Ocidente. In: _____. **História da Filosofia Cristã**: desde as origens até Nicolau de Cusa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BORDIN, R.A. Didaqué e a educação dos primeiros cristãos. In: OLIVEIRA, T VISALLI, A. M. **Pesquisas em Antiguidade e Idade Média**: olhares interdisciplinares. São Luís: UEMA, 2007.

BROWN, Peter; **Santo Agostinho**: uma biografia. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniquéia de Santo Agostinho**. 1ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002. (coleção Filosofia, 139).

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2006.

GRIMAL, Pierre. **Os erros da liberdade**. Campinas,SP: Papyrus, 1990.

GRIMAL, P. **O império romano**. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1999.

MARROU, Henri-Irénée. **Santo Agostinho e o agostinismo**. Rio de Janeiro:Agir, 1957.

PEREIRA MELO, José Joaquim. SOUZA, Mariana Rosseto. **A Educação em Santo Agostinho: Processo de interiorização na busca pelo conhecimento**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCARE. PUCPR, 2009.

PEREIRA MELO, J.J. **Santo e a Educação como um Fenômeno Divino**. Educação e Filosofia Uberlândia, v.24, n. 48, p. 409- 434, dez. 2010.

PEREIRA MELO, J. J. A educação em Santo Agostinho. In: OLIVEIRA, T. (Org.). **Luzes sobre a Idade Média**. Maringá: EDUEM, 2002.

PIRATELI, Marcos Roberto (Orgs). **Ensaio sobre Agostinho de Hipona: História, Música, Filosofia e Educação**. Eduem. Maringá, 2014.

PIRATELI, M. R. **A Humanitas em Santo Agostinho, ou como santificar o homem nas ruínas do Império Romano**. Maringá: EDUEM, 2006.

REDONDO, Emilio; LASPALAS, Javier. **Historia de la Educación: Edad Antigua**. Madrid: Dykinson, 1997.

RUBANO, D. R. MOROZ, M. O conhecimento como ato da iluminação divina: Santo Agostinho. In: ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2001.

SOUZA, José Zacarias. **Agostinho: buscador inquieto da verdade**. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção Filosofia, 124).

SOUZA, M. R. de. **A concepção de mestre na proposta educativa agostiniana**. 2010. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

VIGINI, G. **Santo Agostinho – A aventura da graça e da caridade**. São Paulo: Paulinas, 2012.

